

DITADURA MILITAR NO BRASIL

Professora Esp. Schirley Pimentel



O GOLPE MILITAR



Nos dias 31 de março/
1º de abril de 1964,
tropas do exército
sediadas em Minas
Gerais marcham para o
Rio de Janeiro. No
Congresso Nacional o
cargo de Presidente da
República era
declarado vago mesmo
com a presença de
João Goulart em
território nacional.

O período militar inicia-se em 1964 e termina em 1985

GOLPE MILITAR (ASPECTOS GERAIS DE SUA LEGITIMAÇÃO)

Para legitimação do golpe foi preciso o apoio de vários setores da sociedade brasileira:

- **Imprensa:** que publicava diariamente alertas quanto ao perigo comunista e exigia uma providência dos militares;
- **Representantes de empresas multinacionais:** ameaçavam o encerramento de atividades diante da “queda” dos rendimentos;
- **Classe Média Urbana:** com seu discurso moralista contra a “corrupção”;
- **Os latifundiários:** “temerosos” da coletivização de suas terras.

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO PODER MILITAR NO BRASIL



Afastamento da vida pública dos políticos, intelectuais, militares, sindicalistas, jornalistas com algum tipo de aproximação com o governo deposto.



Estes expurgos na vida pública efetivavam-se a partir dos ATOS INSTITUCIONAIS. O primeiro (AI-1 de 10 de abril de 1964) cassava mandatos parlamentares, de governadores e direitos políticos de inúmeros cidadãos. As acusações eram fundamentadas em provas frágeis que variavam de “corrupção” a participação em grupos comunistas.



O AI-1 organizou o modelo de eleição que deveria completar o mandato Jânio/Jango que terminaria em 1966. A fórmula escolhida foi a eleição indireta - pelo Congresso Nacional.

Em 11 de abril de 1964 o Congresso Nacional elege o Marechal Castelo Branco para o cargo de Presidente da República. No acordo político a promessa de convocação de uma eleição direta no ano seguinte, mas o mandato do Marechal foi prorrogado até o ano de 1967.

O MODELO ELEITORAL DURANTE A DITADURA MILITAR



Em outubro de 1965 o presidente Castelo Branco assina o AI 2 que determina - inclusive - a nova organização partidária e eleitoral brasileira que passa a funcionar da seguinte forma:

Fim do pluripartidarismo e conseqüente extinção dos partidos criados a partir de 1946;

Instituição de um sistema bipartidário (oposição e situação) criando os seguintes partidos:

ARENA – (Aliança Renovadora Nacional): partido que deveria apoiar o governo.

MDB – (Movimento Democrático Brasileiro): partido que deveria fazer oposição ao governo.

*Fim das eleições diretas para os cargos de Presidente da República e governadores de estados que seriam eleitos através de um colégio eleitoral formado pelos congressistas e delegados das assembleias legislativas.

O MODELO ECONÔMICO DURANTE A DITADURA MILITAR

**Substituição do
modelo econômico
nacionalista**

- abertura da economia ao capital externo;
- incentivo à exportação;
- desnacionalização do setor mineral;

No momento anterior a então chamada “globalização”, a transferência de fábricas de um país desenvolvido para outro subdesenvolvido justificava-se em função da necessidade de reutilização de uma tecnologia superada e busca de mão-de-obra barata.

A prática econômica do regime militar foi amparada no princípio da atração de capitais internacionais. Desta forma as empresas multinacionais receberam inúmeras facilidades para instalação em território brasileiro. Esta prática gerou a desnacionalização de diversos setores.

No setor mineral a principal transformação foi a instituição do chamado “contrato de risco” que na prática quebrou o monopólio da Petrobrás.

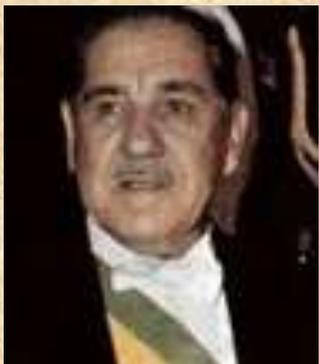
GOVERNOS MILITARES

Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco 1964/67



Atos institucionais 1 e 2;
Política externa de apoio aos EUA;
Implantação de uma nova Constituição;
Lei de segurança Nacional;
Criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), encarregado da vigilância política.

Marechal Artur da Costa e Silva 1967/69



Início da luta armada contra a ditadura;
Criação da Frente Ampla (movimento que exigia a redemocratização) reunindo políticos como JK, Jango e Lacerda;
Implantação do AI-5.

O AI-5 pode ser entendido como o momento de “endurecimento” do regime. Com este instrumento era permitido ao Presidente da República:

- * Fechar os legislativos federal, estadual e municipal;
- * Cassar mandatos de parlamentares;
- * Suspende por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão;
- * Demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários públicos;
- * Remover ou demitir juizes;
- * Julgar crimes políticos em tribunais militares etc.

GOVERNOS MILITARES

General Emílio Garrastazu Médici 1969/74



Crescimento econômico;

Início de obras monumentais: Ponte Rio Niterói – Transamazônica;

Guerrilha urbana.

MILAGRE ECONÔMICO

O crescimento observado durante o governo Médici fundamenta-se na ampliação das exportações, contrato de empréstimos externos e arrocho salarial.

General Ernesto Geisel 1974/79



Vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974;

Endurecimento do regime com o pacote de abril (1977) que desequilibrou a relação de forças no Congresso com a criação do SENADOR “BIÔNICO”;

Início do processo de abertura política.

O processo de “abertura democrática” encontrou sua principal resistência na chamada “linha dura” dos militares. Geisel conseguiu superar esta resistência enfrentando, inclusive, uma crise com ameaça de golpe.

GOVERNOS MILITARES

General João Batista Figueiredo 1979/85



Crise do petróleo;
Aumento dos juros internacionais;
Recessão econômica;
Desemprego atingindo 20% da população;
Reorganização dos movimentos sindicais;
Inflação.

No campo político o governo Figueiredo mantém o propósito de abertura política e promulga, em 1979, a lei da anistia que permitiu o retorno a vida pública de inúmeros cidadãos cassados pela ditadura.

O crescimento econômico observado durante a ditadura ocorre amparado no capital internacional. Estes recursos eram originados de: empréstimos externos (em função dos juros baixos registrados nos anos 70) e atração de empresas multinacionais mediante vantagens fiscais, estruturais e trabalhistas. Com a crise do petróleo esta realidade sofre profunda modificação e o governo do Brasil - após recorrer ao FMI - aplica uma política econômica de caráter recessivo.

A estrutura partidária (1979)

Fim do bipartidarismo com a extinção da ARENA e MDB;

Retorno ao pluripartidarismo;

PDS (Partido Democrático Social). Reunia grande parte dos políticos da antiga ARENA.

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Reunia parte da oposição parlamentar a ditadura.

PDT (Partido Democrático Trabalhista) Reunia antigos militantes do PTB, sindicalistas.

PT (Partido dos Trabalhadores) Reunia sindicalistas e setores da Igreja Católica.

PP (Partido Popular) Formado por antigos políticos da ARENA e MDB. Fundiu-se ao PMDB.

A primeira eleição organizada com o novo quadro partidário ocorre em 1982. Foram disputados cargos de governador, prefeito (exceto nas capitais e cidades localizadas em áreas de segurança nacional), vereadores, senadores e deputados. Para o governo dos estados o PMDB foi vitorioso nos estados economicamente mais importantes.

AS DIRETAS JÁ!

Efetivadas as eleições para o governo dos estados organizam-se os partidos de oposição, sindicatos e demais setores da sociedade civil para reivindicar o retorno das eleições diretas para a presidência da república. O movimento ganhou o nome de DIRETAS JÁ e exigia do Congresso a aprovação do projeto de lei do deputado Dante de Oliveira que determinava a convocação de eleições presidenciais após o término do governo Figueiredo. Seguiram-se grandes mobilizações de rua, mas o projeto foi rejeitado.

Viva a ditadura

Esta fita de sucesso se alcançará se o governo federal, para que o PS se apresente ao candidato derrotado em 1985. É uma decisão de caráter não transigente, visando, e o governo do partido, pelo menos em termos econômicos, ações positivas das medidas previstas no atual Orçamento do Estado e contra o qual o PS votou sempre.

Não há dúvida de que, no futuro, o PS pode, obviamente, construir novo Orçamento do Estado e sua medida e considerá-la medida que julga indispensável à recuperação econômica. Além disso, não se esqueça, é preciso considerar a obrigação de não se permitir que o PS governe com um Orçamento com o qual não concordasse.

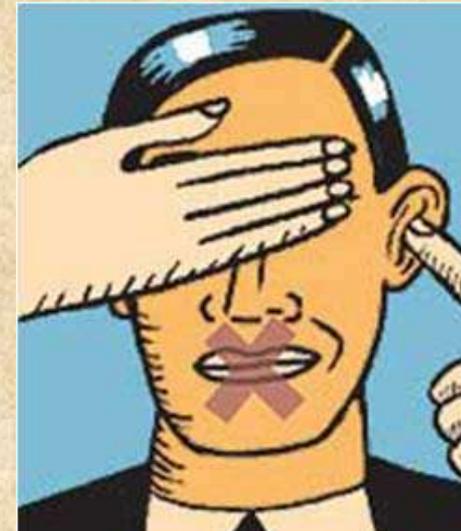


trazido do PS para se livrar das mãos do governo e contra o qual votou?

Porque caso o PS fosse aprovado entre o que de família na oposição e o que propõe agora para não perder o eleitorado. E se logo depois quiser apresentar um argumento por que é impossível fazer qualquer reforma de fundo que se seja em Portugal, a resposta é afirmativa pela sua candidatura Sócrates, porque quando um partido está na oposição só sabe dizer o que é poder faz tudo para o mesmo. O PS e o PSD não estão necessariamente interessados em fazer um com o outro, ou em tentar por isso, porque sabemos que se provamos 20 anos. Não é isso.

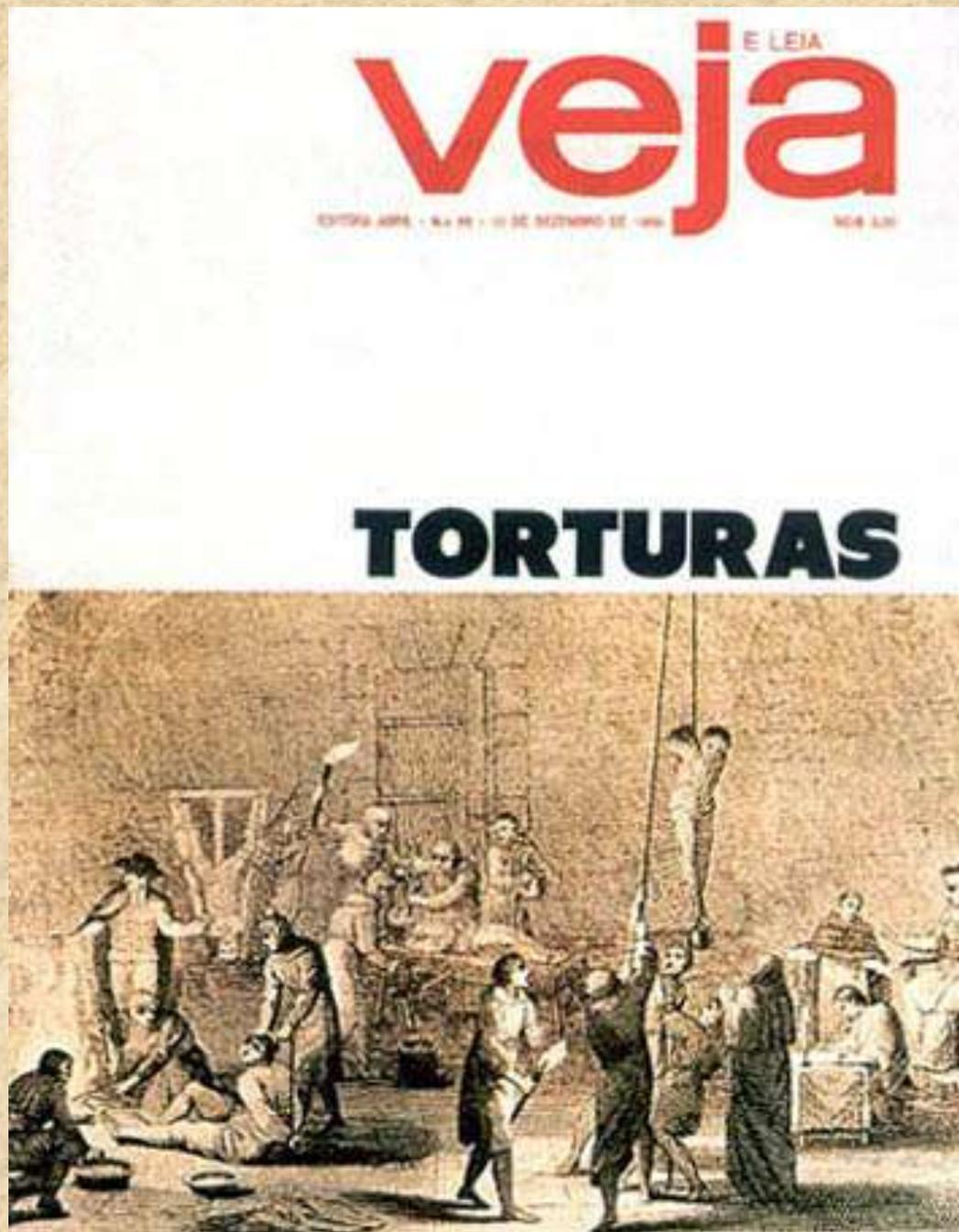
CENSURA

Censura é quando o governo vigente lança mão do autoritarismo no sentido de controlar e impedir a liberdade de expressão. A censura criminaliza certas ações de comunicação, ou até a tentativa de exercer essa comunicação. No sentido moderno, a censura consiste em qualquer tentativa de suprimir informações, opiniões e até formas de expressão, como certas facetas da arte.





Edição da Veja
(dezembro de 1969)
apreendida durante o AI-
5, decretado um ano
antes. A revista teve seu
trabalho dificultado pelo
regime militar até meados
dos anos 1970, tendo
edições mutiladas e
recolhidas.



O Caso Vladimir Herzog

Por força de seu trabalho como jornalista e sua inclinação ideológica comunista, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi chamado à sede do Comando do II Exército, em São Paulo, para depoimento e encontrado morto na cela que ocupava no dia 25 de outubro de 1975.



ABAIKO A DITAJURA
= POVO NO PODER =

